
O ASSOCIATIVISMO NA AMÉRICA LATINA: POSSIBILIDADES DE UM ESTUDO COMPARADO.

ASSOCIATIVISM IN LATIN AMERICA: POSSIBILITIES FOR A COMPARATIVE STUDY

Alba Cristina dos Santos
Doutoranda em História – UNISINOS/ CNPq
accristinasantos925@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem o intento de apresentar uma breve discussão acerca das pesquisas realizadas sobre o associativismo na América Latina, sobretudo nas Ciências Sociais. Percebe-se que alguns aspectos relacionados ao tema, têm merecido maior destaque dos pesquisadores, inclusive dos historiadores, como por exemplo, as vinculações políticas e as perspectivas ideológicas das instituições. Com o estudo feito sobre o associativismo no Rio Grande do Sul, mesmo num estudo de caso (SANTOS, 2013), foi possível identificar poucas abordagens relacionadas com as influências socioculturais destas entidades, bem como, das figuras associativas que promoveram estratégias de legitimação de um determinado grupo, ou angariaram reconhecimento público, tanto na sociedade urbana quanto na sociedade rural, a partir da associação. Neste artigo, pretende-se voltar o olhar para os estudos destas instituições, procurando analisar as outras formas de vínculo social, tão complexas e pertinentes ao tema, como: a(s) família(s), a(s) amizade(s) e o(s) negócio(s). O aporte teórico metodológico da comparação na História nos permite não apenas averiguar como também analisar os processos de constituição e desenvolvimento do fenômeno escolhido. As perspectivas apontadas, sobre o associativismo cultural, podem ser perseguidas a partir da comparação, buscando problematizar e compreender as relações destas organizações, até então pouco perceptíveis, contribuindo e ampliando a historiografia.

PALAVRAS-CHAVES: Associativismo. América Latina. Historiografia.

ABSTRACT: This paper has the intent of presenting a brief discussion on research done on Latin American associativism, especially in the Social Sciences. It's possible to notice that some aspects related to this subject, such as the political entailments and institutional ideological perspectives, have been receiving a greater attention from researchers, including historians. It has been possible, through studies on associativism in Rio Grande do Sul, even in a case study (SANTOS, 2013), to identify a few approaches related with the socio-cultural influences of this entities, as well as those of the associative characters that promoted legitimizing strategies of a certain group, or those who gained public recognition, both in urban and rural societies, through the association. The intent of this paper is to turn our attention to the studies about these institutions, seeking to analyze other forms of social connections that are so complex and pertinent to this subject: the family (ies), the friendship(s) and the business relationships. The theoretical and methodological approach of comparative History allows us not only to inquire but also analyze the processes of constitution and development of the chosen phenomenon. The specified perspectives about cultural associativism can be sought through comparison, in order to pursue the problematization and the comprehension of the relations of these organizations, which haven't been much visible so far, in order to contribute with and expand the historiography.

KEYWORDS: Associativism. Latin America. Historiography.

Uma associação consiste, em linhas gerais, em um grupo de pessoas que se reúnem com uma finalidade em comum. Organizam-se para defender seus interesses sejam eles, civis, religiosos, políticos, étnicos ou ideológicos. No entanto, às definições jurídicas sofreram mudanças significativas e atualizações¹. O Novo Código Civil² define e diferencia a categoria de pessoas jurídicas, de direito privado (associações, fundações e sociedades civis), assim, as associações passam a ser entendidas (art. 53) pela união livre de pessoas em torno de uma finalidade não econômica e sem fins lucrativos. As associações como pessoa jurídica têm

sua gênese na vontade humana, vontade eminentemente criadora que, para ser eficaz, deve emitir-se na conformidade do que prescreve o direito positivo... É a lei, em suma, que preside à conversão formal de uma aglomeração de pessoas naturais em uma só pessoa jurídica (PEREIRA, 1991, p. 200 apud GANANÇA, 2006, p. 97).

No século XIX, a partir da segunda metade, para fundar uma associação no Brasil, era necessário se pedir uma autorização ao chefe de polícia, na delegacia mais próxima do local onde se instalaria a nova instituição. O estatuto e a ata de fundação, ambos originais, deveriam ser encaminhados à Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, o qual analisaria a proposta aprovando-a ou sugerindo modificações de natureza legal. As disposições legais para estas instituições datam de 1860, com o decreto 2.711 e a lei 1.083. Todos deveriam submeter-se a estas normativas: trabalhadores, escravos libertos, cientistas, imigrantes, literatos, comerciantes, empresários, religiosos, artistas, industriais, enfim, aqueles que pretendiam organizarem-se coletivamente. Aquelas que foram criadas antes da legislação também deveriam adequar-se.

Tipologia de Associações (1860-1889)

1. Sociedades Benéficas
2. Irmandades
3. Sociedades Religiosas
4. Sociedades Literárias e de Instrução
5. Sociedades Científicas
6. Sociedades Dramática, Recreativas e Desportivas
7. Caixas Previdenciárias e Montepios
8. Seguradoras e Cooperativas

Fonte: JESUS, Ronaldo Pereira. Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). *Locus. Revista de História*. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007.

Embora Ronaldo Jesus (2008) atente para a normatização destas organizações civis e o funcionamento destas igualmente para todo território nacional, nos alerta também sobre o corpus documental que se encontra no Arquivo Nacional, referentes apenas às associações fundadas na cidade do Rio Janeiro. Dos 485 registros submetidos à avaliação do Conselho de Estado entre 1860-1889 e que estão no referido Arquivo, em torno de 60% destes são de sociedades beneficentes ou as também chamadas de mutuais, o que foi destacado pelo pesquisador considerando sua expressividade. A partir destes dados, Jesus apresenta uma discussão historiográfica sobre o mutualismo no Brasil. Neste debate, o referido autor demonstra uma preocupação com a realização de pesquisas empíricas sobre as associações mutuais. Mesmo tendo crescido o interesse de pesquisa por estas entidades nos últimos anos no Brasil, sobretudo, irmandades, associações de auxílio mútuo, e movimentos operários, as pesquisas têm revelado uma abordagem teórico-conceitual e não propriamente empíricas.

O panorama historiográfico propõe dois desafios para o estudo das associações beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas erigidas no Brasil entre os finais do século XIX e início do século XX. Em primeiro lugar, a premência de se observar as associações independentemente da atração que sobre este tema exerce a questão da formação da classe trabalhadora e do movimento operário e sindical. Quer dizer, a necessidade de se partir de referências teórico-metodológicas e históricas próprias, específicas para o estudo do mutualismo em um plano mais abrangente que meramente a história do sindicalismo, por exemplo. A questão da cidadania, dos movimentos sociais, na cidade e no campo, e as solidariedades horizontais se afiguram como temáticas correlacionadas de importância evidente. E, em segundo lugar, conseqüentemente, a urgência de se traçar o esboço de uma periodização mais detalhada para o fenômeno associativo, para além dos contornos atualmente conhecidos e considerando as especificidades regionais (JESUS, 2007, p. 152-153).

Para apontar alguns dos trabalhos significativos na nossa historiografia referentes ao mutualismo, começamos pela pioneira Tânia R. de Luca (1990), que evidenciou a fragilidade da tese que sustentava as associações mutuais como uma fase precedente dos sindicatos operários. A autora mostra como estas associações cresceram entre os trabalhadores urbanos

das cidades de São Paulo e Santos, e coexistiram com os sindicatos, do final do século XIX até meados da década de 1920.

Ainda sobre os movimentos operários, mas na cidade do Rio de Janeiro, Cláudio Batalha (1999) também procurou romper com a tradicional visão que associa o sindicato e a associação numa ideia de sucessão. Concluiu em sua investigação que as associações beneficentes teriam sido os únicos mecanismos legalmente possíveis de ação coletiva dos trabalhadores, entre o final do século XIX e início do XX, e vai além, dizendo que sem estas entidades, dificilmente o movimento sindical teria se desenvolvido.

Beatriz Kushnir (1996) observou os mecanismos de sociabilidade e solidariedade desenvolvidos nas associações beneficentes, bem como o olhar do grupo sobre si mesmo, enquanto segmento marginal dentro da comunidade judaica e da própria sociedade como um todo. Estas associações reuniam prostitutas e cafetinas judias no Rio de Janeiro. As trajetórias das histórias de vida revelaram, de modo geral, a importância das associações no intento de construir e manter uma identidade positiva do grupo, fundada na especificidade de serem judias.

Em relação ao associativismo étnico, chamamos a atenção para a pesquisa de Erneldo Shallenberger (2001) que se referiu a um associativismo cristão, abordando a construção social da Igreja na Europa no final do século XIX. A formação de um associativismo com base na Doutrina Social Cristã e no pensamento social cristão, sobretudo na Alemanha, influenciou na criação de uma associação étnica na região de imigrantes alemães do Rio Grande do Sul, nos anos finais do século XIX até a primeira metade do século XX. Configura-se num trabalho de análise social da ação coletiva étnico-religiosa.

Sobre este mesmo período, destacamos o estudo realizado por Adhemar Lourenço da Silva Jr. (2005), que procurou analisar se as diferentes formas de uma organização mutual voltada para estratégia privada, poderia favorecer a implementação de estratégia pública. Esta investigação no estado do Rio Grande do Sul, além de ser referência na historiografia, merece atenção ainda maior pelas pistas e considerações que aporta no debate sobre o mutualismo em outros países como, Inglaterra, Espanha, França e principalmente Itália.

Continuando nesta breve análise a respeito das investigações associativas, abordaremos a seguir outros trabalhos, provenientes de outras disciplinas, tais como, a

Sociologia, Ciências Políticas e o Serviço Social, especialmente, no período dos séculos XX e XXI. Mesmo sabendo que essas análises possuem diferentes aportes teóricos e metodológicos, elas podem ser levadas em consideração num estudo interdisciplinar, chamando atenção para sua historicidade ou a falta dela.

Alexandre Ganança (2006) em sua investigação procurou entender o que são e o que fazem as associações no Brasil, analisando teoricamente algumas visões e significados que estão em torno do associativismo civil em regimes democráticos, bem como, seu papel dito sinônimo de “terceiro setor”³ da sociedade. A partir de uma visão crítica, Ganança mapeou a ação coletiva institucionalizada, ou seja, as associações civis ou sociedade de pessoas civis. Investigou os limites jurídicos das associações, sua inserção no início do século XX e a sua interação com o Estado brasileiro. Para este autor, a existência de uma estrutura associativa não a faz ser genuinamente democrática ou um avanço democrático, e esta questão foi o centro da atenção do autor. A associação pode se configurar e adquirir certa nuance somente a partir da sociedade que está inserida, ou seja, da dinâmica social que a sustenta. Se esta dinâmica for conservadora, esta associação tende a ser assim também.

Numa perspectiva política das associações, Ganança (2006) coletou dados empiricamente do IPEA e do IBGE na segunda metade do século XX. Alguns destes dados devem ser destacados como, bem fez o autor por regiões, como por exemplo, destacando a maior expressão do associativismo religioso, com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em São Paulo, sobretudo na década de 1980. Estas associações foram criadas em muitos países da América Latina, inspirados na Teologia da Libertação e na pedagogia popular de Paulo Freire como espaços de formação política. Segundo o autor, a Igreja Católica foi uma eficiente prestadora de serviço ao Estado até meados do século XX, disponibilizando assistência médica e social aos mais pobres. É neste contexto que muitos pesquisadores são instigados a estudar a relação da religião e suas interfaces nas entidades de ação coletiva. As entidades de assistência social que possuem em sua gênese uma vinculação com a Igreja

³ Uma definição simplista divulgada pela mídia e por segmentos associativos. A ideia que o terceiro setor é um conjunto de organizações não governamentais e sem fins lucrativos que prestam serviços públicos. O primeiro setor seria o governo e o segundo, o setor privado, que com a falência ou ausência do estado, passou a se preocupar com as questões sociais por meio das instituições que compõem o então, terceiro setor (GANANÇA, 2006, p. 11-12).

Católica, foram as primeiras a ganhar certa institucionalidade, com uma política voltada ao assistencialismo.

As associações de moradores e associações comunitárias compõem o segmento que mais cresceu no país a partir da década de 1980 e apresentou maior expressão na região Nordeste. De acordo com Ganança (2006), a associação de moradores com um caráter mais popular envolve-se em demandas por moradias urbanas e por saneamento básico, por exemplo, ou ainda, pela regularização da posse de terras, diferente do caráter de associações entendidas como “amigos do bairro” de classe média, que não formulam demandas, apenas gerenciam as políticas.

Com relação às associações culturais, recreativas e esportivas, Ganança evidenciou maior expressão na região Sul, assim como entidades de assistência social. Em linhas gerais, pode-se ter um panorama geral do associativismo brasileiro a partir das últimas décadas do século XX até os primeiros anos do século XXI. O autor atribuiu as diferenças regionais do desenvolvimento do associativismo, às próprias diferenças sociais do país, como distribuição de renda, escolaridade...

Ou seja, podemos afirmar que as estruturas de desigualdade presentes na sociedade brasileira afetam a forma e as características da ação coletiva institucionalizada no país. [...] O associativismo existente na região Nordeste é caracterizado pela ação coletiva de base comunitária, voltada para reivindicação de direitos básicos (associações de moradores e comunicações) e como uma forma de organização do trabalho e de geração de renda nas áreas rurais (associações de produtores rurais). De outro lado na região Sul do país floresceu um associativismo de forte presença de associações de interesse mútuo na área cultural e recreativa (clubes, centros de tradições gaúchas, por exemplo), assim como entidades de assistência social, cujo principal objetivo consiste em prestar serviços a populações vulneráveis e em situação de risco social (GANANÇA, 2006, p. 59).

Nos últimos anos vêm crescendo também as pesquisas sobre associações rurais e étnicas como instrumento de luta tanto para os produtores rurais, como para os grupos étnicos que pretendem defender ou reivindicar seus direitos, assim como legitimar-se. Nesta perspectiva, o termo associativo não pode ser entendido apenas como uma organização de pessoas, como bem nos apresenta João Leonello (2010).

A expressão associativismo designa por um lado a prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembleia geral, direção, conselho fiscal) e, por outro lado, a apologia ou defesa dessa prática de associação, enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os sócios) para a obtenção de finalidades comuns (RICCIARDI; LEMOS, 2000, p. 82 apud LEONELLO, 2010, p. 40-41).

Sobre esta gestão e a participação democrática das e nas associações, muitos pesquisadores tem se perguntado se na prática elas existem. João Leonello buscou discutir políticas públicas, voltadas ao fortalecimento da economia solidária, como espaço de desenvolvimento associativo produtivo num período bem recente, 2007-2010. Analisando a Associação dos Produtores Rurais de Corumbataí do Sul (APROCOR) no Paraná, ele evidenciou que a entidade representa uma importante opção estratégica capaz de transformar ou modificar uma realidade, ou mesmo, proporcionar aos diferentes atores sociais meios para se adaptarem à realidade que os cerca.

A questão democrática e ideológica das “sociedades civis” norteia, em grande medida, boa parte das investigações dedicadas ao tema. Um dos primeiros intelectuais a atribuir uma importância ao associativismo foi Alexis de Tocqueville (1835), visualizando nesta forma de organização uma possibilidade de fortalecimento do regime democrático. Para ele, a ideia de democracia não se limitava ao regime político, mas também ao tipo de sociedade e estrutura social que se desejava, assim, por esta via, se alcançaria a igualdade⁴. “A dedicação de parte do tempo dos indivíduos ao coletivo e ao público é condição essencial para que a democracia liberal não degenerem em uma democracia despótica⁵” (GANANÇA, 2006, p.6). No entanto, o associativismo era descrito por Tocqueville como algo despolitizado, servindo para agregar as pessoas em torno dos interesses comuns e não como uma organização de reivindicação do poder público. A participação associativa possibilitaria a criação de hábitos solidários e colaboração mútua. As associações funcionariam como escolas de conformação dos comportamentos sociais e da convivência democrática. As pessoas aprenderiam expressar suas opiniões e a ouvir, além de planejar e realizar ações de

⁴ Sobre esta discussão de igualdade política e redução das desigualdades sociais, ver mais em: KERSTENETZKY, 2003; GANANÇA, 2006.

⁵ Um despotismo que surge pela diminuição de participação política das pessoas (GANANÇA, 2006, p. 6)

interesses em comum. Desta forma, os grandes conflitos não existiriam, pois os indivíduos seriam de segmentos próximos da sociedade, na origem social, étnica ou religiosa.

Neste sentido, Célia Kerstenetzky (2003) discutiu e argumentou sobre a militância democrática na associação. Para esta autora, a imagem democrática implica numa igualdade política, por isso, levanta um questionamento sobre a presença das significativas desigualdades sociais interagindo com o ativismo do associativismo. A fama de “benignidade política” das associações, que trabalhariam para a diminuição destas desigualdades, revelada na literatura sobre o tema, apresenta problemas em relação à apatia política e as desigualdades sociais. Assim, a autora critica o que seria uma potencialidade intrínseca do associativismo. Kerstenetzky destaca a necessidade de refletirmos sobre as permanências destas desigualdades sociais no interior das associações. Além disso, a participação associativa, mesmo que seja para o bem comum, demonstra fragilidade e coloca em dúvida a capacidade das associações de solucionar as desigualdades, bem como, praticar a democracia.

O associativismo despertou e desperta diferentes interesses por ser, como vimos, motivado por questões particulares de um determinado grupo. As investigações apontadas aqui trouxeram temáticas diversificadas, relacionadas às estratégias, participação democrática e desenvolvimento das associações. Porém, Alexandre Ganança (2006) já alertava em sua tese para uma emergência de investigações das associações produtivas que se aproximam de uma organização cooperativa de trabalho. Em linhas gerais, as cooperativas são associações, mas nem todas as associações produtivas são cooperativas. Embora a gênese de uma cooperativa seja muito semelhante, a de uma associação de produtores rurais, por exemplo, elas são de naturezas diferentes com normatização próprias (BUSANELLO, 2006; GANANÇA, 2007).

Sobre os estudos das associações mútuas no Brasil, Ronaldo Jesus identificou a necessidade de novas interpretações, buscar hipóteses mais complexas, para além da simples relação entre o fenômeno associativo e desenvolvimento econômico. Interpretações que levem em conta referências teórico-metodológicas e históricas próprias, específicas para o estudo do mutualismo. Cidadania, movimentos sociais e os próprios atores envolvidos deveriam ser temáticas evidentes também, e isso já foi verificado nos exemplos acima, que abordam de alguma forma e/ou deixam pistas para esta análise.

A noção de reciprocidade, nas suas diferentes variações, tem sido útil na abordagem das relações de troca que motivam associados e líderes a se envolverem nas organizações mútuas. A percepção das associações como espaços de manifestação de solidariedades horizontais, em contraposição à ideologia que preconizava relações verticalizadas, entre o século XIX e o século XX, constitui uma alternativa importante introduzida na abordagem do fenômeno associativo (JESUS, 2007, p. 152).

Chamamos a atenção para investigações que apresentam um “novo olhar” para o associativismo, por abarcarem o caráter sociocultural das associações, destacando os sujeitos históricos em suas práticas e interações com o meio em que se inserem. Embora se tenha notícias de diversos trabalhos sobre o associativismo, nas diferentes áreas do conhecimento, identificamos uma carência nestas análises em relação às práticas dos indivíduos, estratégias na esfera pública e vínculos sociais das diferentes formas de associação. Inspirados na crítica e diagnóstico de carências nas pesquisas sobre o associativismo, buscamos alguns exemplos de pesquisa sobre o tema.

Patrícia Furlanetto (2007) procurou em seu trabalho, estudar as especificidades do associativismo de imigrantes italianos, a partir das práticas associativas no desenvolvimento e organização da mesma, na cidade de Ribeirão Preto/ SP. A pesquisadora analisa a dinâmica de adaptação e conquista de novos espaços e os novos significados atribuídos por estes imigrantes. Embora haja uma literatura bem expressiva sobre os movimentos imigratórios, pouco se tem notícias de investigações sobre suas organizações associativas e práticas. A autora centrou sua investigação no período de 1895-1930, procurando transcender o raciocínio de “solidariedade mútua” que norteia, em linhas gerais, a práxis associativa. A autora chamou a atenção para as estratégias de sobrevivência, construção de uma identidade étnica, disputas e ascensão social destes imigrantes na sociedade de adoção.

Na dissertação desenvolvida recentemente sobre o associativismo e o cooperativismo no Rio Grande do Sul (SANTOS, 2013), a autora buscou identificar e analisar a memória que foi sendo construída de Theodor Amstad SJ. após sua morte no ano de 1938. Amstad foi fundador de associações e das primeiras cooperativas de crédito do país, nas áreas de colonização alemã no estado do Rio Grande do Sul. Foi possível perceber uma memória compartilhada do que é ser cooperativado e associado, na cidade de Nova Petrópolis, local da primeira sede associativa e da cooperativa de crédito. Esta última era conhecida como “caixas rurais” tipo *Raiffeisen*, e atualmente reconhecida como SICREDI Pioneira. Norteados pelos

ideais de Amstad ou nos símbolos que remetem a ele, o grupo em questão também comunga de uma afirmação étnica diante da sociedade.

De acordo com Sandra Fernández (2006), se faz necessário analisar o perfil de quem constitui a associação, compreendendo que sempre há um fator comum que leva o sujeito a associar-se. Isto pode ser compreendido analisando a cultura, bem como, bens materiais e simbólicos, a reprodução e as transformações deste sistema social. Como as associações culturais atuavam no espaço público? A autora aponta o associativismo dos fins do século XIX e início do XX, como uma problemática central da historiografia na América Latina. Destaca preocupações com os temas que têm recebido pouca atenção dos historiadores: a matriz étnica, as vinculações políticas, a perspectiva ideológica e os estímulos do Estado para com as mesmas. Neste sentido, a autora vem dedicando sua atenção ao associativismo cultural urbano da Argentina.

Fernández (2013) analisou a vinculação associativa com as instituições estatais, procurando compreender o impacto deste vínculo na sociedade, nas primeiras décadas do século XX, na cidade de Rosário/ Argentina. Para tanto, a autora focou os estudos na Associação cultural “El Círculo de la Biblioteca”, constituída em 1912 por um grupo de classe dominante local. Naquele contexto de 1910, a decisão política desta classe dominante era sustentada num discurso e numa prática, ou seja, de ocupar o espaço público e convertê-lo num espaço de interesse privado, dentro dos cânones da política liberal. Nos estatutos da entidade, consta como um dos objetivos, promover a cultura intelectual e artística de Rosário, no entanto, a entidade em questão tornara-se um espaço associativo, com recursos públicos, mas que beneficiava um determinado grupo de elite.

Pensar em abordagens culturais nos movimentos sociais da América Latina ou nas instituições associativas, nos faz atentar também para as teorias que norteiam nossas análises. O processo de formação nacional e de desenvolvimento dos países latino-americanos aponta, necessariamente, para análises próprias, criando e recriando teorias, como bem reflete Francisco Segre (2005). Este autor propõe uma perspectiva ampla e diferente para se estudar as sociedades civis latinas. Não uma visão a-histórica e nem tampouco uma visão de recontagem e regularidade dos fatos, mas sim, uma análise coerente com as “incertezas” ou “certezas parciais” dos fatos. Como alternativa para as influências teóricas na América Latina,

Segrera incita a realização de um pensamento social autônomo a respeito da realidade latina, com estudos interdisciplinares, o que se adequaria cada vez mais à complexidade atual.

Aníbal Quijano (2005) contribui para esta análise, trazendo uma reflexão do processo histórico do poder da colonialidade na América Latina, o que implica ainda hoje nas relações de poder: racial e à re-identificação geocultural, por exemplo. Além disso, o modelo histórico de modernização da Europa Ocidental, conseqüentemente da colonização e das relações de poder dos dominadores, converge na versão eurocêntrica de modernidade. Ao constituírem a noção de universalidade e totalidade do tempo e espaço da experiência humana, os países europeus instituíram uma visão excludente, mas que todos os outros deveriam seguir como exemplo, tendo suas próprias experiências como padrão e referência.

Esta discussão sobre novas perspectivas de análises teóricas e metodológicas na América Latina apareceu com mais ímpeto nas Ciências Sociais, a partir da década de 1980 com a hegemonia do pensamento Neoliberal. A emergência de um pensamento crítico social vem ganhando força⁶, e neste sentido acredita-se que “o movimento social, como um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural” (GOHN, 2008, p.444).

Ao voltar-se para estudos e metodologias que condizem com nossa realidade latina americana, Segrera recomenda ressignificar e redimensionar o horizonte dos referenciais teóricos já conhecidos. Desta forma, a possibilidade de uso do método comparativo, nos parece positivo para esta análise temática. Permite ao pesquisador analisar especificidades do tema, que nas palavras de Marluza Harres (2007) fornece importantes elementos na realização de uma avaliação mais precisa de interações e encaminhamentos das práticas de ação coletiva.

O método comparativo utilizado no século XIX trouxe contribuições importantes aos cientistas sociais. No entanto, foi a partir do estudo realizado por March Bloch (1998) que a História Comparada atraiu os holofotes para si. Ganhou mais força em meados do século XX, com os estudos interdisciplinares entre a Antropologia, Sociologia, Geografia e Economia, o que ampliou também as escalas de observação, enriquecendo ainda mais a comparação. No entanto, nem tudo em que há comparação caracteriza-se como História

⁶ Sobre os movimentos sociais e ações coletiva na atualidade latino-americana ver mais em: GOHN, Maria da Glória, 2008; 1997.

Comparada⁷. As justaposições marcaram a historiografia da América Latina no período de 1960-1970. “Cientistas sociais estudaram a região a partir de uma perspectiva totalizante com ênfase na macro-história que privilegiava as estruturas econômicas e sociais (PRADO, 2005, p. 23)”.

Lara Mancuso (2005), assim como os cientistas sociais apontados acima, também acena para a ausência de uma preocupação teórico-metodológica estabelecida no estudo da história comparada, tanto em âmbito geral como particularmente nos estudos latino-americanos. Para Mancuso, existem três pontos essenciais no estudo comparativo da História. Em primeiro lugar, a comparação contribui para que o estudo histórico seja construído com novas questões porque elas surgem para cada caso estudado. Em segundo lugar, traz à luz o estudo de relações que até então não eram perceptíveis. E em terceiro lugar, o método auxilia na compreensão das transformações dos espaços temporais.

A proposta de Bloch de estudar sociedades contemporâneas, geograficamente próximas e que remontam uma origem em comum, com contextos parecidos, possibilitaria ao pesquisador encontrar uma aproximação mais precisa do que hipotética de seu estudo. O método comparativo insere um amplo campo de investigação, e não apenas uma observação única e determinada.

José Barros (2007) refletindo sobre a contribuição de Marc Bloch a História Comparada ressalta que a comparação é um novo modo de se repensar a História, de compreender seus limites e desafios. Para este autor, o método comparado ilumina um objeto ou situação a partir de outro mais conhecido a fim de estabelecer analogias entre duas realidades. As semelhanças e as diferenças estabelecem um jogo dinâmico e vivo. Sem isso e sem as analogias, não há possibilidades de se fazer uma História Comparada.

A vantagem de comparar sociedades contíguas está precisamente em abrir a percepção do historiador para as influências mútuas, o que também o coloca em posição favorável para questionar falsas causas locais e esclarecer, ‘por iluminação recíproca, as verdadeiras causas, interrelações ou motivações

⁷ Na busca de se estabelecer um estudo para a realidade latina americana, o pesquisador deve se manter atento às visões generalizantes, sincronizadas ou ainda, uma visão colada ao eurocentrismo, de apenas transportar modelos ou induzir, inventar um olhar sobre o outro. O historiador diferente do cientista social não procura generalizações e nem parte de modelos já construídos a priori, que podem produzir resultados questionáveis (MANCUSO, 2005; PRADO, 2005).

internas de um fenômeno e as causas ou fatores externos (BARROS, 2007, p. 15).

Este estudo historiográfico nos revelou investigações múltiplas sobre o associativismo. Procuramos mostrar como os pesquisadores vêm abordando a temática em suas pesquisas. E não foi difícil perceber enfoques de pesquisa bem próximos que podem (e devem) ser trabalhados na interdisciplinaridade, com o cuidado metodológico necessário a qualquer investigação científica. As investigações apresentadas neste trabalho demonstram para nós, potencialidades de comparação, de um lado, por apresentarem temáticas semelhantes nas diferentes áreas do conhecimento, de outro lado, por apontarem pistas e considerações ao debate do associativismo regional, nacional e latino.

Contudo, dois enfoques saltam aos olhos. O primeiro, diz respeito à participação democrática dos associados em todas as áreas aqui abordadas, analisando a capacidade (ou não) das associações transformarem a realidade das desigualdades sociais no regime democrático. O outro se refere ao desenvolvimento das associações, nas suas motivações ideológicas, sobretudo aquelas de ajuda mútua, como bem mostramos acima.

Embora tenhamos encontrado uma diversidade de análises, identificamos nos autores alguns alertas que devem ser considerados, como por exemplo: a diversificação na análise das associações de mutualismo; a emergência de se estudar associações de produção, analisando as relações de trabalho associativo e; por fim, a pouca produção daquilo que estamos chamando de associativismo cultural. Esta última demanda é referente às vinculações culturais dos associados (família e /ou amigos), as estratégias desta ação coletiva particular para angariar legitimidade, reconhecimento e quem sabe “vantagens” na esfera pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D' assunção. História comparada. Da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**. Campinas: SP. N. 13. 2007, p. 7-21.

BATALHA, Cláudio. Sociedades operárias e mutualismo. **Cadernos AEL**. Campinas: UNICAMP/IFCH. Vol. 6, n. 10/11, 1999.

BUSANELLO, Raquel Bohnen. **Processo de mudança em uma organização cooperativa: o caso do sistema de crédito Cooperativo**, SICREDI. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BLOCH, Marc. **Histórias e historiadores**. Textos reunidos por Étienne Bloch. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1998, p. 111-150.

FERNÁNDEZ, Sandra. Sociabilidad, arte y cultura. Una experiencia en la Argentina de entreguerras. **História UNISINOS**. São Leopoldo. Vol. 17. Nº 3 - setembro/dezembro de 2013, p.248-256.

FERNÁNDEZ, Sandra. La arena pública de las ambiciones privadas. Relaciones sociales y asociacionismo en la difusión de la cultura burguesa: Juan Alvarez y El Círculo de Rosario (1912-1920), en **Tierra Firme, revista de historia y ciencias sociales**. Nº 78, Caracas. 2002

FERNANDEZ, Sandra. **Sociabilidad, corporaciones e instituciones**, Tomo 7, en BARRIERA, Darío (dir.) Nueva Historia de Santa Fe. Prohistoria/La Capital, Rosario.2006.

FURLANETTO, Patrícia Gomes. **O associativismo como estratégia de inserção social: As práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920)**. São Paulo, USP, 2007. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil. Características e limites para construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. Brasília, UNB, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Instituto de Ciência Política. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**. Salvador. Vol. 21, n. 54, p. 439-455. Set/ Dez. 2008.

HARRES, Marluza Marques. Notas de pesquisa: Cooperativismo rural. Estudos comparados. Rio Grande do Sul e Província de Buenos Aires (1950-1970). **História UNISINOS**. Vol.11, n.3, p. 371-373. Set/ Dez, 2007.

HARRES, Marluza Marques; SANTOS, Alba Cristina dos. Encontros e desencontros do cooperativismo na Argentina (Província de Buenos Aires) e no Brasil (Rio Grande do Sul). In: HEINZ, Flávio (Org.). **Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação e História**. São Leopoldo. Oikos, 2012.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Sobre associativismo, desigualdades e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, n. 53. São Paulo, Outubro, 2003.

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de máscaras. Mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua**. Rio de Janeiro. Imago, 1996.

JESUS, Ronaldo Pereira. Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). **Locus. Revista de História**. Juiz de Fora. V. 13, n. 1, p. 144-170, 2007.

LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da Economia Solidária**. Franca, UNESP, 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual de Paulista. Franca, 2010.

LUCA, Tânia R. de. **O sonho do futuro assegurado. O mutualismo em São Paulo**. São Paulo: Contexto, 1990.

MANCUSO, Lara. A comparação no estudo da História da América Latina. **Revista Projeto História**, São Paulo, (31), 2005, p.259-275.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História**, n. 153. Ed: 2º. 2005, p. 11-33.

QUIJANO, Aníbal. Dossiê da América Latina. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, 19 (55), 2005.p, 9-31.

SANTOS, Alba Cristina Couto dos. **As marcas de Amstad no cooperativismo e no associativismo gaúcho**: as lembranças da Associação Theodor Amstad e da SICREDI Pioneira. Porto Alegre, PUCRS, 2013. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

SANTOS, José Vicente Tavares e BAUNGARTEN, Maíra. **Contribuições da Sociologia na América Latina à imaginação sociológica**: na análise, crítica e compromisso social. *Sociologias*. N.14. Porto Alegre jul./dez. 2005, p. 1-55.

SEGRERA, Francisco López. Abrir, “impensar” e redimensionar as ciências sociais na América Latina e Caribe. É possível uma ciência social não eurocêntrica em nossa região? A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

SILVA Jr. Adhemar L. da. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940**. Porto Alegre, PUCRS, 2005. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2005.